GOLD

Envelhecer com uma deficiência

Recomendações para políticas públicas



Elaborado por: AGE Platform Europe (Bélgica) Data: 7 de abril de 2026

Financiado pela União Europeia. As opiniões e pontos de vista aqui expressos são, no entanto, da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es)
e não refletem necessariamente as da União Europeia ou da Agência Nacional Francesa. Nem a União

Co-funded by the European Union

Resumo

Envelhecer com deficiência na Europa: Rumo a políticas inclusivas, baseadas nos direitos e ao longo da vida 2

Resumo 2

Mensagens-chave 2

Contexto político e lacunas jurídicas 2

Principais conclusões do projeto GOLD 3

Seis recomendações políticas e medidas relacionadas da UE 4

1. Adotar uma abordagem centrada no ciclo de vida para o envelhecimento com deficiência 4
2. Garantir a continuidade dos direitos para além dos limites de idade 4
3. Incorporar os «projetos de vida» centrados na pessoa como norma política 5
4. Quebrar as barreiras entre os sistemas de deficiência, envelhecimento e cuidados de saúde 5
5. Investir numa força de trabalho qualificada e apoiada e reconhecer os cuidadores informais 6
6. Criar ambientes inclusivos que promovam a autonomia e a participação 6

Conclusão: Garantir a continuidade dos direitos ao longo da vida 7

Financiado pela União Europeia. As opiniões e pontos de vista aqui expressos são, no entanto, da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es)
e não refletem necessariamente as da União Europeia ou da Agência Nacional Francesa. Nem a União

Co-funded by the European Union

Envelhecer com deficiência na Europa: rumo a políticas inclusivas, baseadas nos direitos e ao longo da vida

Resumo de políticas – com base no Projeto GOLD

Resumo

As pessoas com deficiência estão a viver mais tempo do que nunca, tornando o envelhecimento com deficiência uma realidade estrutural emergente em toda a Europa. No entanto, as políticas europeias continuam a tratar o envelhecimento e a deficiência como questões separadas.

Embora a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) ofereça uma forte proteção, estes direitos enfraquecem frequentemente com a idade. Na ausência de um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre os direitos dos idosos, muitas pessoas ficam à margem do quadro jurídico e político — em particular nos domínios dos cuidados de saúde, dos cuidados de longa duração, da habitação e da proteção social.

O projeto GOLD demonstra que o envelhecimento com uma deficiência requer uma abordagem centrada na pessoa, baseada nos direitos e que abranja todo o ciclo de vida. É necessária uma ação da UE para garantir a continuidade dos direitos para além dos limites de idade,
reforçar a coordenação entre os sistemas de deficiência, envelhecimento e cuidados de saúde, apoiar as famílias e os cuidadores e promover ambientes inclusivos que sustentem a autonomia e a participação.

Apoiar uma Convenção das Nações Unidas inclusiva sobre os direitos das pessoas idosas que reconheça explicitamente a intersecção entre o envelhecimento e a deficiência ajudaria a garantir que a proteção dos direitos humanos não diminua com a idade.

Mensagens-chave

- O envelhecimento com deficiência é uma realidade estrutural emergente nas sociedades europeias em envelhecimento. No entanto, as políticas europeias continuam a tratar o envelhecimento e a deficiência como questões distintas.
- Limites de idade rígidos e uma governação fragmentada conduzem à descontinuidade dos direitos e do apoio, particularmente nos cuidados de saúde, nos cuidados prolongados e na habitação.
- É necessária uma abordagem baseada nos direitos e no ciclo de vida para garantir a continuidade entre as políticas de deficiência e de envelhecimento.
- O projeto GOLD identifica seis áreas prioritárias para a ação da UE, incluindo o planeamento ao longo da vida, percursos de cuidados integrados, formação da força de trabalho e ambientes inclusivos.
- Uma Convenção das Nações Unidas inclusiva sobre os direitos das pessoas idosas deve reconhecer explicitamente a intersecção entre deficiência e envelhecimento.

Contexto político e lacunas jurídicas

A Europa está a passar por uma profunda transformação demográfica. As pessoas com deficiência vivem mais tempo do que nunca, o que reflete progressos significativos na medicina, nas políticas sociais e nos direitos humanos. No entanto, as políticas públicas e os sistemas de apoio não evoluíram ao mesmo ritmo para responder às realidades do envelhecimento com uma deficiência.

A nível internacional e europeu, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) proporciona um quadro sólido e juridicamente vinculativo que garante o gozo igualitário dos direitos humanos pelas pessoas com deficiência. No entanto, à medida que as pessoas com deficiência envelhecem, esta proteção torna-se cada vez mais frágil.
Atualmente, não existe nenhum instrumento internacional ou europeu juridicamente vinculativo especificamente dedicado aos direitos das pessoas idosas, e as pessoas que envelhecem com deficiência caem frequentemente nas lacunas jurídicas e políticas, particularmente nas áreas da saúde, dos cuidados de longa duração, da habitação e da proteção social.

A idade e a deficiência continuam a ser tratadas como categorias políticas distintas, apesar da realidade de que a deficiência e o envelhecimento se cruzam ao longo do ciclo de vida. Os dados do Eurostat ilustram esta dinâmica: em 2024, 7,1 % das pessoas com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos na UE referiram limitações de atividade, em comparação com 72,3 % entre as pessoas com 85 anos ou mais. Esta separação contribui para uma governação fragmentada, limiares de idade rígidos e descontinuidade do apoio, aumentando os riscos de acesso desigual aos serviços, institucionalização e perda de autonomia.

O principal quadro político que orienta a ação da UE é a Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021–2030, adotada pela Comissão Europeia para promover a aplicação da CRPD em domínios como a acessibilidade, o emprego, a vida autónoma, a participação e a igualdade.

No entanto, a implementação da CRPD a nível da UE continua a ser desigual. Em domínios políticos particularmente relevantes para as pessoas com deficiência em processo de envelhecimento — tais como cuidados de saúde, cuidados de longa duração, habitação e proteção social — a ação da UE assume principalmente a forma de programas de coordenação, orientação e financiamento. A monitorização da
e as Observações Finais da ONU têm repetidamente destacado lacunas entre as obrigações da CRPD e a sua implementação efetiva.

É importante referir que o envelhecimento com deficiência continua a ser insuficientemente abordado nos quadros de implementação da CRPD existentes. A falta de atenção explícita às trajetórias de envelhecimento e às transições entre os sistemas de deficiência e de envelhecimento enfraquece a proteção efetiva dos direitos à medida que as pessoas envelhecem. É, por isso, essencial estabelecer uma ponte entre as políticas de deficiência e de envelhecimento para garantir que os princípios da CRPD sejam aplicados de forma consistente ao longo de todo o ciclo de vida.

Garantir a continuidade dos direitos ao longo da vida não é, portanto, apenas um objetivo de política social, mas uma questão de direitos fundamentais e de aplicação efetiva da CRPD.

Principais conclusões do projeto GOLD

O projeto GOLD, que envolveu organizações de seis Estados-Membros da UE, analisou desafios comuns relacionados com o envelhecimento com deficiência e identificou respostas políticas baseadas nos direitos.

A investigação realizada no âmbito do projeto destaca os desafios estruturais e sistémicos enfrentados pelas pessoas com deficiência que envelhecem:

- Desigualdades ao longo da vida: muitas pessoas com deficiência enfrentam alterações relacionadas com o envelhecimento mais precoces e complexas, incluindo o envelhecimento prematuro e riscos de saúde acrescidos. As políticas e os serviços raramente antecipam estas realidades.
- Governação fragmentada**: as questões relacionadas com** a deficiência, o envelhecimento e os sistemas de saúde funcionam frequentemente de forma isolada, com limites de idade rígidos que conduzem à perda de direitos ou a transições forçadas entre serviços.
- Lacunas nos cuidados de saúde: os cuidados preventivos, os rastreios e os conhecimentos especializados em geriatria continuam a ser insuficientemente acessíveis ou adaptados, enquanto muitos profissionais de saúde carecem de formação sobre a interseção entre deficiência e envelhecimento.

- Pressão sobre as famílias e os cuidadores**:** o reconhecimento, a formação e o apoio de descanso limitados aumentam os riscos de esgotamento, de respostas motivadas por situações de crise e de institucionalização evitável.

Seis recomendações políticas e ação relacionada da UE

Abordar o envelhecimento com deficiência requer uma ação coordenada entre as políticas de deficiência, envelhecimento, cuidados de saúde e sociais.

1. Adotar uma abordagem ao longo da vida para o envelhecimento com deficiência

O envelhecimento com deficiência raramente é tido em conta nas políticas e serviços atuais. Esta falta de antecipação compromete a continuidade do apoio e contribui para crises evitáveis nas fases mais avançadas da vida. As políticas devem antecipar as mudanças relacionadas com o envelhecimento a partir da meia-idade e integrar as perspetivas do envelhecimento nas estratégias relativas à deficiência, na prevenção e na promoção da saúde.

Possíveis medidas da UE
Criar um *«Quadro do Ciclo de Vida sobre o Envelhecimento com Deficiência» da UE,* integrado na Estratégia da UE para a Deficiência e na Estratégia Europeia de Cuidados.

O que isto significa concretamente:

- Adoção pela Comissão Europeia de um quadro político ou de uma comunicação que convide os Estados-Membros a:
  - antecipar as mudanças relacionadas com o envelhecimento para as pessoas com deficiência ao longo do ciclo de vida, nomeadamente através de ferramentas de avaliação e planeamento precoces
  - integrar as considerações sobre o envelhecimento nas políticas em matéria de deficiência, prevenção e promoção da saúde
- Utilização de financiamento da UE (FSE+, EU4Health, Horizonte) para apoiar projetos-piloto sobre antecipação precoce e envelhecimento saudável com deficiência.

2. Garantir a continuidade dos direitos para além dos limites de idade

Os limites de idade rígidos foram identificados como uma das principais fontes de descontinuidade dos direitos. Os critérios de elegibilidade baseados na idade conduzem frequentemente à perda de serviços, prestações ou condições de habitação, apesar de as necessidades de apoio se manterem inalteradas ou aumentarem, o que resulta em transições forçadas e exclusão. A elegibilidade para serviços e apoio deve basear-se nas necessidades individuais e não na idade cronológica, garantindo a continuidade dos direitos, das prestações e das condições de vida ao longo de todo o ciclo de vida.

Possíveis medidas da UE
Orientações da UE sobre o acesso, independentemente da idade, a serviços para pessoas com deficiência e de cuidados de longa duração, em articulação com a legislação da UE em matéria de não discriminação e contribuindo para o desenvolvimento de um futuro «Acordo Europeu sobre Cuidados».

O que isto significa concretamente:

- Orientação interpretativa emitida pela Comissão que esclarece que:
  - idade limites principais a perda de relacionados com a deficiência serviços pode constituir discriminação indireta.
  - Os critérios de elegibilidade devem basear-se nas necessidades e não na idade.

- Inclusão deste princípio nos relatórios sociais do Semestre Europeu e nas recomendações específicas por país.

3. Incorporar «projetos de vida» centrados na pessoa como norma política

O planeamento centrado na pessoa continua a ser implementado de forma desigual e é frequentemente interrompido por transições relacionadas com a idade entre serviços. Nos casos em que existem «projetos de vida», estes raramente são mantidos ao longo do tempo, limitando a autonomia, a escolha informada e a continuidade do apoio à medida que as necessidades evoluem. Um «projeto de vida» refere-se a uma ferramenta de planeamento centrada na pessoa que permite às pessoas com deficiência definir as suas aspirações, preferências e necessidades de apoio ao longo das suas vidas. Desenvolvido com a pessoa em causa e os agentes de apoio relevantes, orienta as decisões sobre participação, habitação, cuidados e transições futuras. O projeto de vida é um processo dinâmico e em evolução, permitindo que o apoio se adapte ao longo do tempo à medida que as circunstâncias e necessidades da pessoa mudam, incluindo as relacionadas com o envelhecimento.

Ao apoiar os indivíduos a moldarem ativamente as suas próprias escolhas de vida, os projetos de vida contribuem para a implementação do direito à autodeterminação e à vida independente, tal como reconhecido na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O planeamento centrado na pessoa deve ser formalmente reconhecido, dotado de recursos e mantido ao longo do tempo, apoiando a autonomia, as escolhas informadas e a dignidade.

Possíveis medidas da UE
Recomendação da UE sobre o planeamento centrado na pessoa nas políticas relativas à deficiência e ao envelhecimento.

O que isto significa concretamente:

- Recomendação da Comissão que incentiva os Estados-Membros a:
  - reconheçam formalmente os «projetos de vida» ou instrumentos equivalentes de planeamento centrado na pessoa, como abordagem padrão nos serviços para pessoas com deficiência e idosos.
  - garantam a continuidade destes planos nas transições relacionadas com a idade entre serviços
  - apoiar o desenvolvimento de ferramentas acessíveis e de formação para profissionais, com vista à implementação do planeamento de vida centrado na pessoa.
- Financiamento específico do FSE+ para formar profissionais e desenvolver ferramentas acessíveis, adaptadas à utilização e às necessidades das pessoas que envelhecem com deficiência, incluindo ferramentas digitais e de comunicação.

4. Que se eliminem as barreiras entre os sistemas de deficiência, envelhecimento e cuidados de saúde

Uma das conclusões mais consistentes do projeto GOLD é a persistência de compartimentação entre os serviços para pessoas com deficiência, os serviços para idosos e os sistemas de saúde. Uma governação fragmentada e uma coordenação limitada conduzem a lacunas nos percursos de cuidados, à duplicação de avaliações e a um aumento dos riscos de institucionalização, especialmente durante as transições entre as fases da vida.

A governação integrada, os percursos de cuidados partilhados e a coordenação multidisciplinar devem tornar-se a norma, especialmente durante as transições entre serviços e fases da vida.

Possíveis medidas da UE
Percursos de cuidados integrados sobre o envelhecimento com deficiência no âmbito da EU4Health.

O que isto significa concretamente:

- Convites à apresentação de propostas da EU4Health que visem especificamente:

- a coordenação entre os serviços para pessoas com deficiência, os serviços para idosos e os sistemas de saúde.
- percursos de cuidados locais multidisciplinares para pessoas com deficiência que envelhecem, garantindo a coordenação entre prestadores de cuidados de saúde, serviços para pessoas com deficiência, assistentes sociais e prestadores de cuidados de longa duração a nível local.

- Desenvolvimento de orientações a nível da UE sobre modelos de cuidados integrados e coordenados.

5. Investir numa força de trabalho qualificada e apoiada e reconhecer os cuidadores informais

Existem lacunas na formação e no apoio aos profissionais que trabalham com pessoas com deficiência em processo de envelhecimento. A insuficiência de competências e a falta de competências intersetoriais entre os serviços de deficiência, envelhecimento e cuidados de saúde contribuem para respostas inadequadas e para a medicalização excessiva — em que as necessidades sociais ou de apoio são abordadas principalmente através de intervenções médicas, em vez de serviços coordenados de apoio à deficiência, à saúde e de apoio social.

Ao mesmo tempo, as famílias e os cuidadores não remunerados assumem frequentemente responsabilidades crescentes, muitas vezes sem o devido reconhecimento, formação ou apoio. De acordo com o Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE), os cuidados não remunerados continuam a ser a espinha dorsal dos sistemas de cuidados de longa duração na Europa e são prestados predominantemente por cuidadores informais, na maioria das vezes mulheres. Isto realça a necessidade de políticas que reconheçam e apoiem os cuidadores informais, garantindo simultaneamente a disponibilidade de serviços de cuidados formais adequados.

Os profissionais e os cuidadores informais necessitam de formação específica, apoio emocional e níveis de pessoal adequados para evitar a medicalização excessiva e preservar a autonomia.

Possíveis medidas da UE
Quadro Comum de Formação da UE sobre o Envelhecimento com Deficiência.

O que isto significa concretamente:

Reforço do pessoal de cuidados

- Desenvolvimento de módulos mínimos de formação da UE para:
  - profissionais de saúde,
  - profissionais da área da deficiência,
  - profissionais do envelhecimento e dos cuidados de longa duração
- Integração no Erasmus+, no FSE+ e na Agenda de Competências da UE.

Reconhecimento e apoio aos cuidadores informais

- Desenvolvimento de formação e informação acessível para cuidadores informais.
- Promoção de apoio temporário e serviços de apoio aos cuidadores familiares.
- Reconhecimento das competências e necessidades de apoio dos cuidadores no seguimento da Estratégia Europeia de Cuidados.

6. Criar ambientes inclusivos que promovam a autonomia e a participação

A falta de acessibilidade na habitação, nos serviços e nos ambientes comunitários continua a constituir um dos principais obstáculos à autonomia e à participação das pessoas com deficiência que envelhecem. Sem ambientes adaptados e serviços flexíveis, os indivíduos enfrentam riscos acrescidos de isolamento, dependência e institucionalização prematura. A habitação acessível

, serviços flexíveis, tecnologias de apoio e uma vida comunitária inclusiva são essenciais para prevenir o isolamento e a dependência.

Deve ser dada especial atenção às desigualdades territoriais, uma vez que as pessoas idosas com deficiência que vivem em zonas rurais e remotas enfrentam frequentemente um acesso reduzido aos cuidados de saúde, aos transportes, à habitação e aos serviços de apoio comunitários. As tecnologias digitais e de assistência devem também ser promovidas como fatores-chave para a autonomia, a participação e a continuidade do apoio, desde que sejam acessíveis, económicas e adaptadas às necessidades individuais.

Possíveis medidas da UE
Inclusão explícita do envelhecimento com deficiência nas iniciativas «Accessible EU» e de habitação da UE.

O que isto significa concretamente:

- As orientações da UE em matéria de acessibilidade foram alargadas de modo a abranger explicitamente:
  - utilizadores idosos de serviços para pessoas com deficiência,
  - acessibilidade progressiva ao longo do tempo.
- Utilização do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e dos Fundos de Recuperação para:
  - adaptar habitações, espaços comunitários e serviços;
  - apoiar tecnologias de assistência.

Conclusão: Garantir a continuidade dos direitos ao longo da vida

O envelhecimento com uma deficiência expõe os limites dos atuais quadros políticos europeus, que continuam a abordar a idade e a deficiência como questões separadas. As conclusões do projeto GOLD confirmam que esta separação conduz a lacunas na proteção, à descontinuidade do apoio e ao acesso desigual aos cuidados de saúde, aos cuidados de longa duração e à inclusão social — precisamente numa fase da vida em que as necessidades aumentam frequentemente.
Ao adotar políticas coordenadas, baseadas nos direitos e que abranjam todo o ciclo de vida, a UE pode garantir que os direitos das pessoas com deficiência não sejam prejudicados com a idade e que os sistemas de apoio respondam à diversidade total das trajetórias de envelhecimento.
A nível internacional, apoiar uma Convenção das Nações Unidas inclusiva sobre os direitos das pessoas idosas — que reconheça explicitamente a intersecção entre deficiência e envelhecimento — é um passo crucial para garantir a coerência entre os direitos das pessoas com deficiência e as políticas de envelhecimento. Tal Convenção reforçaria, e não duplicaria, a CRPD, garantindo que os seus princípios se aplicam efetivamente ao longo de todo o ciclo de vida.
Assegurar que os direitos humanos
acompanhem as pessoas à medida que envelhecem não é uma nova agenda, mas a continuação natural dos compromissos já assumidos ao abrigo da CRPD.

GOLD GETTING OLDER WITH A DISABILITY

Mantenha-se a par do Projeto GOLD: https://gold—project.eu/

GOLD - G.A. N.º 2024-1-FRO1-KA22O-ADU-00024495

AGFE ans aproximar CHANCE B

ASSOC UNESSA scf epr AGE PLATFORM Europe

Cofinanciado pela a União Europeia